



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE PREGÃO**

**Nº 07/2005**

**(Contratação de Telefonia Móvel)**

**A V I S O**

**Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame.**

**DÚVIDAS? (85) 3452-2715**





A **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**, através da Diretora da Secretaria Administrativa, de ordem do MM. Juíz Federal Diretor do Foro torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto processo licitatório, na modalidade **PREGÃO**, tipo **MENOR PREÇO**, objetivando a contratação de telefonia móvel para esta Seção Judiciária, sob regime de empreitada global, regido pela Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e, ainda, pelas condições e exigências estabelecidas neste edital. Os documentos de credenciamento, a **proposta de preços (envelope 1)** e a **documentação de habilitação (envelope 2)** deverão ser entregues na sala de Licitações da Justiça Federal, localizada no Edifício Raul Barbosa, 6º andar, Praça Murilo Borges, 01, Centro, Fortaleza-(CE), **às 17:00h do dia 16 de maio de 2005, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente naquela data**, ocasião em que se dará início ao credenciamento dos licitantes e aos demais procedimentos pertinentes, tendo em vista o que consta no **PA nº 0172/FEV/2005**.

### 1.0 - DO OBJETO

- A presente licitação tem por objeto a contratação dos serviços de telefonia móvel para **40 (quarenta) linhas de celular**, nos termos do ANEXO III – Projeto Básico.

### 2.0 - DOS ANEXOS

**2.1** - Integram este edital - o anexo I – “Modelo de Carta de Credenciamento”, o anexo II – “Modelo de Declaração de Cumprimento do Art. 7º, XXXIII da CF” e o anexo III – “Projeto Básico” e anexo IV – “Minuta de Contrato”.

### 3.0 – DA PARTICIPAÇÃO

**3.1** – Poderão participar da presente licitação quaisquer empresas legalmente constituídas e especializadas com o objeto da licitação que apresentarem, **às 17:00h do dia 16 de maio de 2005**, ao pregoeiro, em sessão pública, no endereço constante no preâmbulo deste edital:

- a) Os documentos de credenciamento, **em separado dos envelopes 1 e 2**;
- b) A proposta de preços - (envelope 1);
- c) Os documentos de habilitação - (envelope 2).

### 3.2 – Não poderão participar desta licitação as empresas:

**3.2.1** - cuja falência tenha sido decretada, em concurso de credores, em dissolução, em liquidação e em consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

**3.2.2** - que por qualquer motivo tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, regida pela Lei nº 8.666/93.



#### **4.0 - DO CREDENCIAMENTO**

**4.1** – No local, data e hora indicados no preâmbulo deste edital e na presença do Pregoeiro, será realizado o credenciamento do interessado ou seu representante legal. Para tanto, **OBRIGATORIAMENTE**, será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

**4.1.1** - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

**4.1.2** - procuração particular ou carta de credenciamento, **COM FIRMA RECONHECIDA EM CARTÓRIO**, estabelecendo poderes para representar o licitante, **EXPRESSAMENTE QUANTO À FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS E A PRATICAR TODOS OS DEMAIS ATOS INERENTES AO PREGÃO**, acompanhada, conforme o caso, de um dos documentos citados no subitem 4.1.1, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-la, ou ainda cópia de traslado de procuração por instrumento público, na hipótese de representação por meio de prepostos. Caso haja opção pela carta de credenciamento, poderá ser utilizado o modelo anexo a este edital;

**4.2** - o representante de licitante presente à sessão **deverá** entregar ao Pregoeiro o documento de credenciamento juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, **em separado** dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”;

**4.3** - os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticado por servidor desta Seção Judiciária, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;

**4.4** – a cada licitante que participar do certame será permitido somente um representante para se manifestar em nome do representado, desde que autorizado por documento de habilitação legal, vedada a participação de qualquer interessado representando mais de um licitante. Referido representante poderá ser acompanhado por outras pessoas, que poderão assessorá-lo, sendo vedado a manifestação de qualquer natureza por essas outras pessoas;



**4.5** – a não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, **inviabilizará a participação** do(s) licitante(s) no certame. Neste caso, o(s) portador(es) dos envelopes poderá(ão) assistir apenas como ouvinte(s), não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos;

**4.6** – **todos** os representantes dos licitantes deverão permanecer na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva.

**4.7** - Não se admitirá posterior complementação da documentação.

## **5.0 – DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1** – A proposta de preços deverá:

**5.1.1** - ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

***“Ao pregoeiro da  
Justiça Federal do Ceará  
Pregão nº 07/2005  
Envelope 1 – PROPOSTA DE PREÇOS  
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)”***

**5.1.2** – preencher, necessariamente, os seguintes requisitos:

a) Estar datilografada ou impressa através de edição eletrônica de textos em português;

**b) Conter a descrição detalhada do serviço a ser oferecido, indicando o valor de todas as tarifas/minuto e da assinatura mensal;**

c) Estar datada e assinada por pessoa **juridicamente habilitada**;

## **DA ACEITAÇÃO TÁCITA:**

**5.2** – os preços apresentados devem: a) refletir os de mercado no momento; b) compreender todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, tarifas, seguros, taxa de assinatura mensal, etc.;

**5.3** - o prazo de início da prestação dos serviços será de até **10 dias corridos**, a contar da data do recebimento, via fax ou pessoalmente, da Nota de Empenho;

**5.4** – o prazo de validade da proposta será de **60 (sessenta) dias**, a partir da data constante no subitem **3.1**;



**5.5** – uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões que não estejam ressalvados;

**5.6** – o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, observadas as condições previstas no subitem **14.9** e **14.10** deste edital, implicará na **desclassificação** do licitante;

## **6.0 – DA HABILITAÇÃO**

**6.1** – A documentação de habilitação deverá:

**6.1.1** - ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa dizeres como os seguintes:

**“Ao pregoeiro da  
Justiça Federal do Ceará  
Pregão nº 07/2005  
Envelope 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
(razão social ou nome comercial do licitante e endereço)”**

**6.1.2** – constar do seguinte:

**a) da Regularidade Fiscal:**

**a.1) prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, através de:**

- I) Certidão Negativa de Dívida Ativa, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e
- II) Certidão de Quitação de Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal, ambas da sede do licitante, ou documento(s) equivalente(s), na forma da lei;
- III) Certidão da Fazenda Estadual e Municipal.

**a.2) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, representada pela CND - Certidão Negativa de Débitos, emitida pelo INSS; e**

**a.3) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;**

**a.4) declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;**



**6.2 - os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou autenticado por servidor desta Seção Judiciária, inclusive o pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade;**

**6.3 – todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento das mensalidades, se for o caso):**

**6.3.1 – se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;**

**6.3.2 – se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;**

**6.3.3 – se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;**

**6.3.4 – serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;**

**6.4 – o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste item, observadas as condições previstas no subitem 14.9 e 14.10 deste edital, implicará na inabilitação do licitante;**

## **7.0 - DO PROCEDIMENTO**

**7.1 - No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Depois da hora marcada, nenhum documento e/ou proposta serão recebidos pelo Pregoeiro, pelo que se recomenda que todos os interessados em participar da licitação estejam no local designado 15 (quinze) minutos antes do referido horário, bem como de propostas/documentação que não se façam acompanhar de representante do licitante devidamente credenciado;**



**7.2** - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão ao pregoeiro, em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

**7.3** - O pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

**7.4** - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

**7.5** - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes; **o pregoeiro decidirá sobre a aplicação ou não de lance mínimo, não se conhecendo recurso de sua decisão;**

**7.6** - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor. **Dos lances ofertados não caberá retratação;**

**7.7** - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

**7.8** - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

**7.9** - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

**7.10** - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base no CRC apresentado e demais documentos exigidos, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

**7.11** - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

**7.12** - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subseqüente, verificando a sua





aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

**7.13** - Nas situações previstas nos **incisos 7.8, 7.9 e 7.12**, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

**7.14** - A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de três dias úteis;

**7.15** - O recurso contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

**7.16** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**7.17** - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

**7.18** - Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação;

**7.19** - Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos **incisos 7.15 e 7.16**;

**7.20** - Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, SEM JUSTIFICAÇÃO PLAUSÍVEL, será aplicada a regra estabelecida no **inciso 7.19**;

**7.21** - o Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes dos demais licitantes contendo os “Documentos de Habilitação”. Após 15 (quinze) dias úteis da homologação da licitação, as empresas poderão retirá-los no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos;

**7.22** - da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, sendo esta assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

## **8.0 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**8.1** - Esta licitação é do tipo **menor preço**, em estrita observância do disposto no inciso V do art. 8º do Decreto nº 3.555/2000;

**8.2** – serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências e condições deste edital;



**8.3** – será considerada mais vantajosa para a Administração e, conseqüentemente, classificada em primeiro lugar, a proposta que, satisfazendo a todas as exigências e condições deste edital, apresente o **MENOR PREÇO RESULTANTE DO SOMATÓRIO DAS TARIFAS A SEGUIR INDICADAS: LIGAÇÕES LOCAIS MÓVEIS PARA MESMA OPERADORA (VC1), LIGAÇÕES LOCAIS MÓVEIS PARA FIXO (VC1) E LIGAÇÕES LOCAIS MÓVEIS PARA OUTRAS OPERADORAS (VC1)**

**8.4** - havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas classificadas, após os lances verbais, se for o caso, o pregoeiro procederá ao desempate, através de sorteio, na forma do disposto no § 2º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93;

**8.5** – no caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último.

**8.6** - O Critério de aceitabilidade dos preços será efetuado de forma global.

## **9.0 - DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**9.1** – Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, podendo juntar memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos;

**9.2** - o(s) recurso(s), que não terá(ão) efeito suspensivo, será(ão) dirigido(s) à autoridade superior, MM. Juiz Federal Diretor do Foro, por intermédio do pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 5 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) à autoridade superior, devidamente informado, para apreciação e decisão, no mesmo prazo;

**9.3** - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**9.4** – decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a presente licitação para determinar a contratação;

**9.5** – a falta de manifestação imediata e motivada do(s) licitante(s) na sessão importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao(s) vencedor(es).

## **10.0 – DA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO MATERIAL**



**10.1** - Homologado o julgamento, o licitante vencedor será convocado para retirar a Nota de Empenho e assinar o termo de contrato, devendo fazê-lo no prazo de cinco dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, salvo motivo justificado e devidamente aceito pela Administração, **podendo solicitar a prorrogação do prazo, uma única vez, e por igual período, conforme estatui o parágrafo primeiro do art. 64 da Lei nº 8.666/93, sob pena de sujeitar-se às sanções legais previstas neste edital;**

**10.2** - como condição para a contratação, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com a seguridade social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**10.3** – caso o licitante tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração.

**10.4** – quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho, ou recusar-se a retirar a mesma, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto no subitem **7.15** acima.

## **11.0 - DO PREÇO, DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1** – A Justiça Federal do Ceará pagará ao(s) licitante(s) vencedor(es) o valor constante na sua(s) proposta(s) de preços, considerados os eventuais lances verbais apresentados, já acrescido de todas as despesas (impostos, tarifas, taxas, etc.).

**11.2** - a despesa decorrente da presente licitação, classificada no Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001 (JULGAMENTO DE CAUSAS) e no Elemento de Despesa 3390.39 , correrá por conta de recursos específicos consignados no Orçamento da União no exercício em curso;

**11.3** – na forma do disposto na Instrução Normativa Conjunta SRF nº 4, de 18 de agosto de 1997, alterada pela IN nº 28, de 1º de março de 1999, **serão retidos, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre o(s) pagamento(s) efetuado (s) ao(s) licitante(s) vencedor(es);**

**11.4** - caso o(s) licitante(s) vencedor(es) seja(m) optante(s) pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, este(s) não ficará(ão) sujeito(s) à retenção prevista na Instrução Normativa mencionada no subitem anterior, bastando para tanto informar



à Seção Financeira da JFCE a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

**11.5** – o pagamento só se efetivará após confirmada a situação de regularidade para com a seguridade social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**11.6** - salvo eventuais atrasos na liberação de recursos por parte do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Órgão hierarquicamente superior, o pagamento será efetuado através de ordem bancária, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da atestação da Nota Fiscal/Fatura pelo Supervisor-Assistente do Setor de Almoarifado. Para tanto, o(s) licitante(s) vencedor(es) deverá(ão) apresentar referida Nota Fiscal/Fatura com indicação da conta corrente e respectiva agência bancária;

**11.7** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **licitante** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, e salvo por insuficiência de recursos orçamentários, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Justiça Federal no Ceará**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

onde:

**EM** = Encargos moratórios;  
**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
**VP** = Valor da parcela pertinente a ser paga;  
**I** = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \Rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \Rightarrow I = 0,00016438$$

**TX** - Percentual da taxa anual = 6%

## 12.0 - DAS PENALIDADES

**12.1.** O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;

**12.2.** Estará a contratada sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, ou no presente contrato;



**12.2.1.** Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do item empenhado por dia de atraso, devido à inexecução parcial pela demora na entrega do objeto ou do início dos serviços;

**12.2.2.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do item empenhado, devido à não entrega do objeto ou execução dos serviços, conforme as especificações do edital, bem como penalidade de advertência e rescisão contratual;

**12.2.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item empenhado, em virtude da inexecução total pela não entrega do objeto ou inexecução dos serviços, além da penalidade de advertência;

**12.2.4.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, na hipótese de ocorrência do previsto no item 12.2.1, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, além de rescisão contratual;

**12.2.5.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida.

**12.3.** As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos;

**12.4.** Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da contratada à penalidade de multa;

**12.5.** A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

**12.6.** - Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber;

**12.7.** – O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e, se for o caso, descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

### **13.0 - DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO**

**Reserva-se à Justiça Federal a faculdade de revogar, por razões de interesse público, ou anular, por ilegalidade a presente licitação, bem como o direito de adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e/ou abertura das propostas, descabendo em tais casos qualquer indenização às licitantes.**

### **14.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** – Após a declaração do(s) vencedor(es) da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o



pregoeiro adjudicará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, autoridade máxima do Órgão;

**14.1.1 – a manifestação de interpor recurso deverá ocorrer no ato da sessão e, determinados naquele ato o (s) motivo (s) do recurso. Não serão conhecidos outros motivos ou argumentos trazidos à colação a posteriori;**

**14.1.2 -** no caso de interposição de recurso(s), após proferida a decisão quanto ao mesmo, a autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;

**14.3 –** o(s) adjudicatário(s) obriga(m)-se a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do objeto da presente licitação, nos termos do **art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;**

**14.4 - a Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do artigo 18 do Decreto nº 3.555/2000;**

**14.5 – a reforço do que consta do item 14.1.1,** decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que o tendo aceito, sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades outras que o viciem;

**14.6 -** a participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições;

**14.7 –** o pregoeiro, em qualquer momento, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo;

**14.8 – o pregoeiro NÃO ADMITIRÁ, por parte dos Srs. Licitantes, atos de imposição de suas vontades ou outras atitudes tendentes a tumultuar a sessão e/ou prejudicar os demais licitantes; também, não poderão valer-se de comportamento desrespeitoso, que venham a causar embaraços à pessoa do pregoeiro ou membro da equipe de apoio, caso em que o pregoeiro poderá desclassificar o licitante e, se for o caso, valer-se Código Penal, arts.141 e 142.**

**14.9 – não serão considerados motivos para desclassificação, simples omissões ou erros materiais na proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes;**

**14.10–** as normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação/fornecimento;



**1411 - os casos omissos nesta licitação serão resolvidos pelo pregoeiro, que se baseará nas disposições contidas nas legislações citadas no preâmbulo deste edital;**

**14.13 - um exemplar do presente edital estará afixado no quadro de avisos da recepção do edifício-sede desta Seção Judiciária, cujo endereço encontra-se no preâmbulo acima. Informações adicionais poderão ser prestadas pelo **telefone/FAX (85) 3452-2715**, no horário de **12:00 às 19:00h**, de segunda a quinta-feira, e de **8:00 às 13:00h**, na sexta-feira.**

Fortaleza (CE), 04 de maio de 2005.

**MARIANNE SAUNDERS PACHECO**  
Diretora da Secretaria Administrativa



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO - Nº 07/2005  
ANEXO I – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

## **ANEXO I**

*(usar papel timbrado da empresa)*

**Local e data**

**Ao**  
**Pregoeiro da Justiça Federal do Ceará**  
**Fortaleza (CE)**

**Senhor Pregoeiro,**

**Pela presente, designamos o Sr.**  
**(a) ....., CPF N°.....,**  
**portador(a) da carteira de identidade n° ....., expedida pela SSP do**  
**Estado de ....., para nos representar no processo licitatório**  
**relativo ao Pregão n° 07/2005, podendo o mesmo formular lances verbais à**  
**proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar**  
**documentos, renunciar o direito de recurso e impugnação à recursos, assinar**  
**atas, recorrer de decisões administrativas, retirar Nota de Empenho e, enfim,**  
**praticar todos os atos inerentes à referida licitação.**

**Atenciosamente,**

---

**Assinatura do Representante Legal da Empresa**  
**(com firma reconhecida em Cartório)**

**OBSERVAÇÃO** – O presente documento **deverá** vir acompanhado, conforme o caso, de um dos documentos citados no subitem 4.1.1 do edital, para fins de confirmação de poderes para subscrevê-lo.





## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

*(usar papel timbrado da empresa)*

#### DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com endereço na Avenida/Rua \_\_\_\_\_, não mantém em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n. 9.854/99)**.

\_\_\_\_\_

Fortaleza(CE), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável  
CPF n.º \_\_\_\_\_



## **ANEXO III – PROJETO BÁSICO**

### **1.0 – DO OBJETO**

**1.1–Serviços de telefonia móvel (celular) para 40 (quarenta) linhas, com fornecimento de aparelhos telefônicos novos e modernos, cedidos em regime de COMODATO;**

**1.2 - Com possibilidade de aumento de linhas, conforme necessidade da Justiça Federal no Ceará.**

**1.3 – Com área de cobertura, utilizando a rede GSM ou TDMA, nos principais municípios cearenses (Limoeiro do Norte, Russas, Quixadá, Sobral, Camocim, Quixeramobim, Tauá, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Crateús, Iguatu;**

**1.4 – Com área de cobertura, utilizando a rede GSM ou TDMA, nas capitais dos seguintes Estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas, integrantes do Tribunal Regional Federal da 5ª Região;**

**1.5- A Contratada obrigar-se-á a substituir os aparelhos telefônicos cedidos em comodato, num período de 01 (um) ano, por outros mais modernos, de acordo com entendimento entre a Contratada e a Justiça Federal no Ceará;**

**1.6- A vigência do contrato será de 02 (anos), a partir de sua assinatura, renovável dos termos do art. 57, da lei 8666/93;**

**1.7- A Contratada obrigar-se-á a enviar, mensalmente, conta DETALHADA com todas as ligações realizadas, para cada das 40 (quarenta) linhas de celular.**

**1.8 – Com tarifa zero nas ligações intra grupo, sem ônus para a Justiça Federal no Ceará.**

### **2.0 – DA JUSTIFICATIVA DA DESPESA**

**2.1 – AS justificativas para a execução dos serviços encontram-se no Memorando nr. 33/2003;**

**2.2 – O valor máximo estimado da despesa importa no montante de R\$ 4.669,00 (quatro mil seiscentos e sessenta e nove reais) mensais;**

### **3.0 – DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1 – O Setor de Conservação, Controle e Assistência de Equipamentos ficará responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços de telefonia móvel junto à Contratada, como também pela distribuição e controle dos aparelhos telefônicos, cedidos em regime de Comodato.**

**3.2 – Durante o período da vigência do contrato, a empresa contratada, em caso de defeito técnico dos aparelhos telefônicos celulares, obrigar-se-á: a substituir o aparelho defeituoso por outro igual ou similar, num prazo máximo de 48:00 horas, ou então disponibilizar dois aparelhos telefônicos celulares no ato da contratação, na condição de reservas, sem ônus para a Justiça Federal no Ceará;**



**ANEXO IV  
MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO Nº XX/2005**

CONTRATO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA 40 (QUARENTA) LINHAS DE CELULAR, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DA JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ, COMO **CONTRATANTE**, E A EMPRESA ....., COMO **CONTRATADA**, TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO Nº 172/2005.

Aos ..... dias do mês de ..... de 2005 (dois mil e cinco), de um lado a **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO ESTADO DO CEARÁ**, inscrita no CGC/MF nº 05.424.487/0001-53, com sede instalada no Edifício Raul Barbosa, s/n, Praça Murilo Borges, Centro, na Cidade de Fortaleza, Capital do Estado de Ceará, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo MM. Juiz Federal Diretor do Foro, **Dr. DANILO FONTENELLE SAMPAIO**, residente e domiciliado nesta Capital, no uso de suas atribuições, e, de outro lado, a empresa ....., com endereço .., inscrita no CNPJ ....., daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo ....., RG ....., CPF ....., no uso de suas atribuições, celebram o presente contrato de serviços de telefonia móvel, tudo de acordo com o Pregão 07/2005, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883/94 e 8.648/98, e que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto os serviços de telefonia móvel para 40 (quarenta) linhas de celular, com fornecimento de aparelhos telefônicos, sendo da marca ....., com tarifa zero nas ligações intra grupo, sem ônus para a Contratante, com possibilidade de aumento de linhas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Integram o presente instrumento, como se nele estivessem transcritos, naquilo que não o contrariem: O pregão nº 07/2005, o projeto básico e a proposta da contratada..

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

A vigência deste contrato é de **02 (dois) anos** a partir de sua assinatura, renovável nos termos do artigo 57, II da Lei n. 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta de recursos específicos consignados no orçamento federal de 2005 no Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001 (Julgamento de Causas) e Elemento de Despesa 3390.39, Nota de Empenho nº .....



#### **CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

À execução do presente contrato e especialmente aos casos omissos aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1.** Prestar os serviços de telefonia móvel para 40 (quarenta) linhas de celular, com fornecimento de aparelhos telefônicos de marca e modelo ... ou similares, com tarifa zero nas ligações intra grupos, sem ônus para a Contratante, com possibilidade de aumento de linhas, conforme a necessidade da Justiça Federal no Ceará;

**6.2.** Fornecer à Justiça Federal no Ceará 40 (quarenta) aparelhos de telefone celular, sob o regime de comodato, durante o período da contratação;

**6.3.** Substituir, no prazo máximo de 48 horas, o aparelho de telefone celular defeituoso por outro igual ou similar, ou então disponibilizar dois aparelhos telefônicos no ato da contratação, na condição de reservas, sem ônus para a Justiça Federal.

**6.4.** Entregar a contratante prova de **quitação** relativa à Seguridade Social, através de **Certidão Negativa de Débito - CND**, emitida pelo INSS e prova de **quitação** relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através de certidão - CRS, emitida pela CEF, prova de regularidade para com a Fazenda Federal, bem como certidão da Dívida Ativa da União, sempre que aquelas apresentadas anteriormente percam sua validade;

**6.5.** Indenizar a administração e terceiros por prejuízos que venha a sofrer em função de dolo ou culpa por parte de seus empregados;

**6.6.** Não transferir a terceiro, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da contratante;

**6.7.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**6.8.** Emitir Nota Fiscal relativa ao serviço fornecido no mês e entregar até o 5º dia útil do mês subsequente para pagamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**7.1.** Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar suas atividades dentro das normas do contrato firmado;

**7.2.** Efetuar o pagamento no prazo estipulado, salvo por insuficiência de recursos financeiros.

**7.3.** Designar um servidor da Justiça Federal para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, que relatará todas as ocorrências à Diretora da Secretaria Administrativa do Foro.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES**

As alterações que porventura possam ocorrer deverão atender ao disposto no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA - DO PREÇO**

O preço mensal do serviço para uso de 40 (quarenta) linhas de celular será composto pelo valor da assinatura, pelo valor de chamadas e pelos encargos legais incidentes.



## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1.** O pagamento será efetuado à vista, através de ordem bancária e em moeda corrente do País, no prazo de até cinco dias úteis, contados da atestação dos serviços na respectiva Nota Fiscal/Fatura.

**10.2.** Em caso de imposição de multa à Contratada, nenhum pagamento ser-lhe-á efetuado antes de ser paga, depositada ou relevada a multa imposta.

**10.3.** O pagamento somente poderá ser efetuado após atestada a conformidade do fornecimento pelo setor responsável, de acordo com as exigências contratuais.

**10.4.** No caso de atraso no pagamento, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados desde a data acima referida até a data do efetivo pagamento, tendo como base a Taxa Referencial – TR, ou outro índice que venha a substituí-la, calculados pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula ( I.N. nº 18 de 22/12/97, MARE, DOU de 29/12/97, Seção I, pag. 31601):

$$N/30$$

EM =  $[(1 + TR/100) - 1] \times VP$ , onde,

TR = Percentual atribuído à Taxa Referencial – TR;

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1.** No caso de descumprimento das condições estabelecidas por parte da **CONTRATADA**, ou o fizer fora das especificações e/ou condições avençadas, a contratante poderá rescindir o contrato e aplicar as disposições contidas na seção V do capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações.

**11.2.** Na hipótese de ocorrer a sua rescisão administrativa, são assegurados à Justiça Federal os direitos previstos no artigo 80 da Lei 8.666/93.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES**

**12.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a contratada às sanções da Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo;**

**12.2.** Estará a contratada sujeita às seguintes penalidades, de aplicação independente e cumulativa, sem prejuízo de outras estabelecidas na Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, ou no presente contrato;

**12.2.1.** Multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do item empenhado por dia de atraso, devido à inexecução parcial pela demora na entrega do objeto ou do início dos serviços;

**12.2.2.** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do item empenhado, devido à não entrega do objeto ou execução dos serviços, conforme as especificações do edital, bem como penalidade de advertência e rescisão contratual;

**12.2.3.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do item empenhado, em virtude da inexecução total pela não entrega do objeto ou inexecução dos serviços, além da penalidade de advertência;



**12.2.4.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, na hipótese de ocorrência do previsto no item 12.2.1, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, além de rescisão contratual;

**12.2.5.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente, caso não compareça para receber a respectiva nota de empenho, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caracterizando, por esta conduta, o descumprimento total da obrigação assumida.

**12.3.** As multas de que tratam os itens anteriores serão creditadas à Conta do Tesouro da União, e serão exigidas administrativa ou judicialmente, através do rito executivo fiscal (Lei nº 6.830/80), com todos os seus encargos;

**12.4.** Prorrogações ocorridas em virtude de expressa concessão ou impedimento ocasionados pela Administração, de caso fortuito ou força maior não constituirão fundamentos para a sujeição da contratada à penalidade de multa;

**12.5.** A imposição de multa ou qualquer outra penalidade não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

**12.6.** - Demais sanções previstas na Seção II, capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, no que couber;

**12.7.** – O Contratado que ensejar o retardamento da execução do contrato, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e, se for o caso, descredenciado no SICAF pelos órgãos competentes, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE**

O preço dos serviços objeto da presente contratação será corrigido para mais ou para menos, de acordo com as normas de regulamentação da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Está eleito o Juízo Federal da Seção Judiciária do Ceará, para dirimir as questões derivadas do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, foi lavrado o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes **CONTRATANTES** e pelas testemunhas abaixo firmadas.

Fortaleza,

**DANILO FONTENELLE SAMPAIO**  
Juiz Federal Diretor do Foro

**CONTRATADA**  
Representante Legal



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DO CEARÁ  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EDITAL DE LICITAÇÃO – MODALIDADE PREGÃO - Nº 07/2005

---

**TESTEMUNHAS:**

NOME:

NOME:

CPF:

CPF